

2

A dinastia de Avis e a construção da memória do reino português: uma análise das crônicas oficiais

Miriam Cabral Coser

Doutora em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – UFF, Professora de História Medieval da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRural – RJ
E-mail: miriamcoser@yahoo.com.br

Resumo. A Revolução de Avis em Portugal (1383-1385) dá início a uma nova dinastia que desenvolve um determinado discurso político, através da literatura, das festas públicas, do teatro e especialmente com a contratação de cronistas oficiais para escreverem a memória do reino português. Seus primeiros cronistas, Fernão Lopes e Gomes Eanes Zurara, representam dois momentos políticos diferentes na primeira fase da nova dinastia, o primeiro identificado com a sua legitimação e a afirmação do que era ser português e o segundo com a expansão armada no norte da África, como expressão de honra e glória do reino. Mas, em que pesem as diferenças, são representantes da dinastia que tinha como projeto a elevação do rei a soberano de fato do reino português, em torno do qual produzia-se uma memória, por sua vez subsídio da formação da identidade nacional portuguesa.

Palavras-chave: Idade Média portuguesa. Discurso político.

Abstract. The Revolution of Avis in Portugal (1383-1385) begins a new dynasty which develops a certain political discourse through literature, public festivities, the theatre and, especially, the engaging of official chronicles to write the memory of the Portuguese kingdom. Its first chroniclers, Fernão Lopes and Gomes Eanes Zurara, represent two different political moments in the first phase of the new dynasty, the former identified with its legitimation and the assertion of what was to be Portuguese, and the latter, with the armed expansion in the north of Africa, as an expression of honor and glory of the kingdom. However, whatever the differences might be, they are representatives of the dynasty which had as a project the elevation of the king to true sovereign of the Portuguese kingdom, around whom a memory was developed, which was, in its turn, a base for the formation of the Portuguese national identity.

Keywords: The Portuguese Middle Ages. Political discourse.

1. O PROJETO POLÍTICO DE AVIS

Em 1434, pela primeira vez em Portugal, há o registro de que a coroa designou uma tença a um cronista encarregado de escrever a história de seus reis. Uma carta régia de D. Duarte afirma que Fernão Lopes receberia anualmente 14 000 reais brancos para realizar a tarefa (MONTEIRO, 1988). Antes disso, no reinado anterior, o de D. João, primeiro rei da dinastia de Avis, foi elaborada a crônica dos sete primeiros reis de Portugal, que hoje chamamos de Crônica de 1419, por ter sido produzida a partir dessa época. Tal crônica é provavelmente uma refundição da Crônica Geral de Espanha de 1344, de autoria do conde D. Pedro, filho bastardo de D. Dinis, sob a dinastia de Borgonha (CINTRA, 1951). A Crônica Geral de Espanha de 1344 é considerada a primeira compilação histórica de origem portuguesa (SERRÃO, 1963) e foi baseada na produção castelhana.

A preocupação com a produção de uma memória do reino português antecede a dinastia de Avis, como mostra a iniciativa do conde D. Pedro. Entretanto, a decisão de D. Duarte de financiar um cronista oficial do reino transforma essa preocupação num projeto cuidadosamente desenvolvido, dentro de um movimento mais amplo de legitimação e glorificação da dinastia de Avis.

A nova dinastia assumia o trono de um reino que passara por importantes transformações ao longo do século XIV: alterações na exploração da terra com o aumento dos arrendamentos, crescimento do comércio e do artesanato, maior mobilidade da mão-de-obra, migrações para as cidades, inúmeras crises cerealíferas, constantes desvalorizações do numerário, diminuição da população devido à fome e à peste. As guerras nas regiões fronteiriças, especialmente com Castela, assumiam um significado mais amplo dentro do contexto da Guerra dos Cem Anos e do Grande Cisma, num jogo de troca de alianças, no qual a coroa portuguesa buscava o apoio dos ingleses e seguia o papa instalado em Roma, mas nos momentos de acordo com Castela submetia-se ao acordo com os franceses e

ao papa de Avinhão. A mudança na correlação de forças internas, os anseios dos homens bons das cidades, a insatisfação dos filhos segundos da nobreza, o peso das guerras e das pilhagens geravam conturbações sociais que se agravaram no reinado de D. Fernando, o último rei da dinastia de Borgonha.

Somado a todo esse quadro de crise, D. Fernando fez um casamento que provocou descontentamento de parte do reino, escolhendo Leonor Teles – mulher de D. João Lourenço da Cunha, senhor de Pombreiro e vassalo do rei –, ao invés dos vantajosos acordos de casamento com herdeiras dos reinos vizinhos. Não tiveram filhos homens e sua única filha, Beatriz, foi entregue em acordo de casamento ao rei D. João de Castela. Tal situação criava a possibilidade de que o rei de Castela vir a tornar-se também rei de Portugal, fato que D. Fernando procurou evitar mediante certas determinações no acordo de casamento. Uma delas era a de que Leonor Teles seria a regente de Portugal até que Beatriz tivesse herdeiro com idade de quatorze anos. Com a morte de D. Fernando, a rainha torna-se de fato a regente, com o apoio do Condestável, o conde João Fernandes Andeiro, que já exercia muita influência no reinado de D. Fernando.

A oposição à rainha intensificou-se em Portugal, em especial em Lisboa, onde iniciou-se o movimento que seria chamado de Revolução de Avis, quando, em dezembro de 1383 o conde Andeiro foi assassinado pelo grupo de D. João, o Mestre de Avis, filho bastardo do rei D. Pedro e meio-irmão de D. Fernando. O movimento iniciado em Lisboa contra a regente alastrou-se por várias regiões do reino e o Mestre de Avis assumiu a regência do reino. Neste meio tempo, o rei de Castela marchava para Portugal para reclamar seus direitos sobre o trono, que culminaria no cerco da cidade de Lisboa, no ano seguinte. A cidade resistiu à invasão e em 1385 D. João, o Mestre de Avis, foi escolhido o novo rei de Portugal nas Cortes de Coimbra. No mesmo ano, o rei de Castela invadiu mais uma vez Portugal e foi vencido em Aljubarrota, numa batalha que foi tida como milagre pelos portugueses.

A dinastia de Avis é, portanto, parte dessas transformações que se delineavam em Portugal desde a dinastia anterior, na medida em que soube lidar com a nova correlação de forças que se configurava e com a insatisfação de diversos segmentos sociais, manifestos na regência de Leonor Teles. D. João subia ao trono com o apoio, principalmente, das cidades e de parte da nobreza que se sentira lesada no reinado de D. Fernando, encabeçada por Nuno Álvares Pereira, que se tornaria o novo condestável de Portugal.

Após a vitória de Aljubarrota, D. João iniciou a reconquista de todas as localidades portuguesas que ainda obedeciam ao rei castelhano, até 1411, quando firmaram-se as pazes com Castela. Ainda neste período, os portugueses estreitaram as alianças com a Inglaterra, e o Tratado de Windsor (1386) integrou a guerra de Portugal contra Castela na Guerra dos Cem Anos. Foi nesta primeira fase do reinado de D. João que o rei casou-se com Filipa, filha do duque de Lancaster, de importante linhagem inglesa.

O acordo de paz de 1411 fez com que o reino português retomasse suas fronteiras tradicionais (as de 1297) e pudesse voltar-se para o projeto de expansão no norte da África. O primeiro sucesso nessa expansão deu-se com a conquista de Ceuta, no Marrocos, em 1415. Ceuta tornou-se fonte de honra e prestígio para a nobreza e o rei, tendo na luta contra os infiéis a justificativa para a empresa. Ainda no reinado de D. João, a expansão chegou à ilha da Madeira (1419-1421), Açores (1427-1432) e à costa da África até o cabo Bojador (1422-1433). Outro traço importante na administração de D. João foi apoiar-se nas cidades através das cortes e promover a ampliação do poder real (SOUZA, 1992).

D. Duarte iniciou seu reinado em 1433, após a morte de seu pai D. João, mas já estava associado ao governo de Portugal desde 1412, incumbido da Justiça e da Fazenda. Deu continuidade à política no norte da África e apoiou a expedição a Tânger, em 1437, iniciativa de seus irmãos D. Henrique e D. Fernando, que teve a oposição de D. Pedro, também irmão do rei. A expedição fracassa e D. Fernando

é feito prisioneiro em Fez, onde morre. No ano seguinte, D. Duarte morre e deixa sua mulher, Leonor de Aragão, como regente, uma vez que seu filho tinha apenas seis anos. Essa decisão provocou descontentamento do reino, por parte dos concelhos¹ e da maioria da nobreza. Armindo de Souza afirma que esse descontentamento tinha dois fundamentos: tanto a resistência a uma regência feminina, quanto o temor da influência dos príncipes de Aragão, irmãos da rainha, nos assuntos do reino (SOUZA, 1992, p. 502).

Assim, as cortes reuniram-se e ficou decidido que o poder seria partilhado pela rainha, por D. Pedro e pelas “cortes restritas” instituídas para essa finalidade. Mas o arranjo político não funcionou e as cidades de Lisboa e Porto acabam por promover D. Pedro a regedor e defensor do reino, além de tutor e curador do rei. Leonor de Aragão tentou resistir, mas acabou fugindo para Castela, onde morreu em 1445.

A regência de D. Pedro abrangeu os anos de 1439 a 1448 e, apesar do forte apoio concelhio no início de seu governo, foi obrigado a conceder e manter certos privilégios da nobreza, oscilando entre uma política de tentativa de centralização monárquica e concessão a privilégios feudais. Sua política com relação à África foi a de evitar os contatos armados, procurando estabelecer relações comerciais. Já afastado da regência, foi morto por partidários de D. Afonso V em Alfarrobeira, em 1449.

O reinado de D. Afonso V é considerado por parte da historiografia portuguesa como uma volta ao feudalismo: “Enfim, depois do infante D. Pedro, os concelhos, e logo os povos, perderam terreno em proveito da nobreza e do clero. Regrediram. Tal como direito comum em benefício do canônico e do privilégio. E porque assim foi, regrediu o Estado em prol do feudalismo” (SOUZA, 1992, p.505). D. Afonso V é tido também como o “ultimo cruzado”. Respondendo a um apelo do papa Calisto III, chegou a preparar o reino para uma cruzada que acabou por não acontecer. Direcionou, então, os preparativos para a expansão africana, con-

quistando Alcácer Ceguer em 1458, Anafé (Casablanca), em 1469, Arzila em 1471 e finalmente Tânger (também em 1471), que havia sido abandonada pelos mouros. A partir de 1475, D. Afonso volta seus esforços para a Península Ibérica, reclamando seus direitos sobre o trono de Castela, após a morte de D. Henrique V, que era casado com uma irmã do rei português. D. Afonso V é derrotado e retorna a Portugal, onde morre em 1481, pondo fim à chamada primeira fase da Dinastia de Avis. Mas, em que pese as concessões feudais no período de D. Afonso V, é justamente nesse momento da história de Portugal que o “homem de cabedal”, o comerciante voltado para o grande comércio externo, ganha força e distancia-se do “mesteiral”, homem dos ofícios e da “arraia miúda”.

Durante todo esse período, do reinado de D. João ao de D. Afonso V, foi mantida a determinação da monarquia de produzir uma memória do reino. É dentro deste contexto que se compreende não apenas a decisão de D. Duarte de financiar um cronista, como o movimento mais abrangente, observado ao longo da primeira fase da dinastia de Avis, designado pela historiadora Vânia Fróes como o “discurso do paço”.

O discurso desenvolvido pela nova dinastia, para além da afirmação de sua legitimidade, objetivava promover o rei a um soberano de fato no reino português. E o rei como verdadeiro soberano seria o rei capaz de unir todos os segmentos sociais, justamente por sobrepor-se a eles, formando uma unidade reconhecível por todos, que viria a constituir a nação portuguesa. Tal discurso implicava portanto a apresentação do rei como aquele que reunia as qualidades necessárias para a promoção dessa unidade. Qualidades baseadas em virtudes que a um só tempo permitiam a proteção aos humildes, o controle dos mercadores, o afastamento dos inimigos e uma “ação civilizadora” – no sentido apontado por Norbert Elias (ELIAS, 1994). – que colocaria os senhores sob o domínio da realeza.

A afirmação da identidade nacional e a construção de uma imagem da realeza carismática e aliada ao “povo” na

dinastia de Avis foi o que a historiadora Vânia Fróes (1993) denominou "discurso do paço". Discurso no sentido mais amplo da palavra, incluindo festas, teatro e literatura.

No plano literário, o "discurso do Paço" ocorreu com um movimento de expansão da produção, reprodução e organização de livros no século XV. Neste momento, como afirmam Saraiva e Lopes (1985, p. 113), "os príncipes organizam livrarias, apreendem iniciativas como a redação de grandes compilações, são, por vezes, autores de obras originais".

Os príncipes de Avis empenharam-se pessoalmente na produção desse discurso. D. João escreve o Livro da Montaria, manual que se dedicava a ensinar como reconhecer os rastros de animais (recorrendo inclusive a ilustrações), quais as melhores armas e vestimentas para a caça e quais as relações adequadas entre os grandes senhores que lideravam as caçadas e seus subalternos. D. Pedro é autor do Livro da Virtuosa Benfeitoria, expondo sua concepção de ordem social, baseada nos fundamentos da hierarquia e da benfeitoria (tendo como referência a obra de Sêneca), conferindo ao rei o papel de promotor da concórdia e unificador do reino. D. Duarte escreve o Leal Conselheiro, livro que tinha como objetivo orientar o bom cristão, enfatizando sobretudo a necessidade do comedimento. Escreve também o Livro da Ensinança do Bem Cavalgar Toda Sela, em que explicita os motivos pelos quais cavaleiros e escudeiros devem aprender a cavalgar bem e os recursos econômicos necessários para cavalgar corretamente, fornecendo ainda toda espécie de conselhos sobre a arte de cavalgar². Os cronistas do reino, em especial Fernão Lopes e, mais tarde, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina, produzem uma longa lista de obras sobre os reis de Portugal, suas batalhas e conquistas.

O que passou despercebido pela historiografia portuguesa durante muito tempo é o fato de que estas obras, além de seu caráter de literatura apologética, ascética e moral – como no caso do Livro da Virtuosa Benfeitoria e do Leal Conselheiro – e de tratado técnico –

como o Livro da Montaria e o Livro da Ensinança do Bem Cavalgar Toda Sela – revelam sobretudo um modelo a ser seguido, no qual o rei é apresentado como o condutor para a perfeição, assim como seu maior exemplo. Nessa caminhada, os diversos setores sociais devem estar conscientes do papel a desempenhar, não apenas em termos morais, mas também práticos. Os conselhos, práticos ou morais, funcionam como um espelho, a exemplo dos diversos "espelhos de reis", bastante divulgados na baixa Idade Média.

O discurso produzido ao longo da primeira fase da dinastia de Avis, sobretudo aquele das crônicas oficiais do reino, tinha a dupla função de anunciar uma nova era em Portugal, legitimando o reinado de D. João e afirmando sua diferença em relação ao reinado anterior, mas também a de reafirmar uma determinada continuidade na história do povo português e conferir um caráter singular a esse povo.

Sabe-se que, em Portugal, delineavam-se precocemente os elementos formadores do Estado, como a permanência prolongada de uma população em um determinado espaço geográfico, formação de instituições políticas impessoais, reconhecimento por parte da população da necessidade de obediência a uma autoridade central (STRAYER, [19--?]); ao passo que se formavam também os indicadores do surgimento de uma Nação, com uma série de fatores de auto-identificação, como o nome, os interesses políticos, a língua e a religião comuns e, o que especialmente nos interessa aqui, o reconhecimento de uma origem e um passado comuns (GUENEÉ, 1981).

Esses dados são essenciais para a compreensão do universo de produção das crônicas oficiais do reino na fase inicial da dinastia de Avis e da contribuição dessas crônicas para o processo de formação da identidade nacional portuguesa. O primeiro cronista designado pela coroa tinha como tarefa produzir esse passado comum do reino português, ao mesmo tempo que afirmar a singularidade da dinastia que se estabelecia em Portugal.

2. OS CRONISTAS DA TORRE DO TOMBO

Fernão Lopes, primeiro cronista oficial do reino, desempenhou diversas funções ao longo dos três primeiros reinados da dinastia de Avis. Em 1418, foi nomeado guarda-mor da Torre do Tombo, sendo responsável por dar certidões de documentos régios. Neste mesmo ano, já era escrivão dos livros do infante D. Duarte e, no seguinte, dos livros do rei D. João I. Em 1421, aparece como escrivão da puridade do infante D. Fernando, tarefa que desempenhou até a morte deste em 1433. Por volta de 1430, torna-se notário geral (tabelião), cargo de nomeação régia, que requeria exame e habilitava a lavrar documentos em qualquer parte do reino. Em 1434, recebe a já referida tença anual de 14.000 reais para escrever as crônicas dos reis de Portugal, tarefa que provavelmente já vinha desempenhando anteriormente e só seria assumida por um novo cronista em 1450. Um ano antes, teve sua tença aumentada para 20.000 reais. Em 1454 é reformado.

São três as crônicas indiscutivelmente escritas por Fernão Lopes: Crônica de D. Pedro, Crônica de D. Fernando e Crônica de D. João (partes I e II). A autoria da Crônica de 1419 não pôde ser comprovada e provavelmente trata-se de uma refundição de crônica anterior, como foi dito no início deste capítulo. Autores como Saraiva acreditam que Fernão Lopes teria preparado ainda material que seria utilizado por seu substituto, Zurara, na Crônica da Tomada de Ceuta e outro relativo a D. Duarte, utilizado por Rui de Pina.

Para um homem que foi encarregado de tarefas tão importantes, sabe-se pouco de sua vida pessoal. Ignora-se as datas exatas de nascimento e morte, estimando-se que tenha nascido entre 1380 e 1390 e morrido após 1459, data em que assinou um documento para deserdar um neto bastardo. O local de nascimento também é ignorado, mas viveu grande parte da sua vida em Lisboa. Não era de origem nobre, mas foi nobilitado por D. João em 1434, tornando-se vassalo do rei. Casou-se com Mor Lourenço, mulher que tinha

parentesco com mesteiros. Teve um filho, Martinho, que era físico a serviço do infante D. Fernando e morreu em Fez.

A formação de Fernão Lopes também é uma incógnita. Não se sabe se teria cursado a universidade, o Estudo Geral, ou apenas uma escola conventual. O ofício de notário exigia um saber especializado, mas não necessariamente universitário. As citações em seus escritos evocam alguns autores antigos – como Aristóteles, Tito Lívio, Santo Agostinho e Beda –, textos bíblicos, crônicas – as de Pero Lopes de Ayala, de Martim Afonso de Melo, de Christophorus e a Crônica do Condestabre – e revelam a influência dos romances arturianos, de forma que, mesmo que o cronista não tenha recebido uma educação formal, teve acesso a um leque amplo de leituras.

Mas, para além da sua formação, os ofícios de tabelião e guardamora da Torre do Tombo, paralelos ao de cronista, conferiram a Fernão Lopes uma singularidade que é a marca de suas crônicas. Peter Russel (RUSSEL, 1941 apud MONTEIRO, 1988) chegou a afirmar que não houve, no mundo medieval, outro cronista que fosse simultaneamente encarregado de conservar os documentos oficiais do reino. Embora essa afirmação não seja exata – o sucessor de Fernão Lopes também desempenhou essa dupla função –, Lopes foi o primeiro cronista medieval a vivenciar essa familiaridade com os documentos de chancelaria, cartas, diplomas oficiais, tratados, capítulos de cortes, testamentos, bulas, etc., fato que foi subsídio para uma nova maneira de redigir as crônicas. Nas palavras de Monteiro, é a passagem do estilo “memorial” ou do “cronicão” para a “crônica” propriamente dita: “A simples anotação do acontecimento, [...] cede definitivamente o lugar a uma narrativa ordenada (diacronicamente), de estrutura e apresentação internas muito complexas e apurada no manuseamento de materiais informativos muito diversificados” (MONTEIRO, 1988, p. 85-86).

Além dessa documentação, por cuja conservação era responsável, Fernão Lopes recolheu também sermões, observou representações em túmulos, anotou epitáfios. Viajou pelo reino,

procurando os lugares em que ocorreram os acontecimentos que deveria relatar, anotando depoimentos orais, elementos lendários e tradicionais, ditos populares, músicas.

O cronista utiliza as fontes narrativas já mencionadas, completando com os documentos e testemunhos orais, de forma a construir uma história coerente, de acordo com seu ponto de vista. Esse procedimento, para Luiz Costa Lima, está relacionado com a crise da cosmologia cristã, a partir dos séculos XIV e XV, que levou ao descrédito da idéia de verdade como algo inscrito nas coisas e aparente no mundo, revelado por indícios divinos (LIMA, 1986). A idéia de que nem tudo o que está escrito é a revelação da verdade norteia o texto de Fernão Lopes. Daí a relevância da figura do autor, em busca da verdade, refutando outros autores que teriam faltado com esta. Há uma excepcionalidade na formulação das regras do discurso historiográfico na obra de Fernão Lopes que não se tornou uma prática comum até o século XIX.

Na Crônica de D. João (parte I), Fernão Lopes deixa clara essa posição de historiador que, detendo documentos, contradiz outro autor. O capítulo CXVII intitula-se justamente “Resposta as rezões alguas que hum estoriador pos em sua cronica”. Aqui, o cronista procura provar que D. João não desrespeitou o acordo de casamento firmado com o pai de Filipa de Lancaster e que não havia desavenças entre ambos. Para tal, Fernão Lopes utiliza-se do próprio tratado de casamento, que tinha em mãos, e de uma carta do duque de Lancaster (pai de Filipa) remetida a D. João, com termos muito amigáveis. Antes, porém, o cronista deixa muito clara a sua intenção: “[...] queremos primeiro reprender alguas nom bem ditas rezoens que hum autor em este passo, mais por desamor que por fazer historia, enxertou em seu volume” (LOPES, 1949, p. 260). Da mesma forma, o cronista refuta as acusações de que o casamento de D. João foi ilegítimo por algum tempo, devido ao fato de o rei pertencer à Ordem de Avis e portanto estar impedido de casar sem dispensa do papa. Mais uma vez, o cronista é claro em seus

propósitos: “[...] convem que respomdamos, amte que comtemos outra cousa, aquella mall falada rezaom em que pos boca aquel estoriador que disemos, notado por mall dizer: – que o Papa não despensara com el Rei que cassar podesse [...]” (LOPES, 1949, p. 269). Reconstitui, então, todo o processo de pedido de dispensa ao papa e reproduz as letras papais (documento de que também estava de posse) com a dita dispensa. Independentemente de estar certo ou errado, Fernão Lopes argumenta de forma ordenada e sempre citando suas fontes, para impor sua verdade em detrimento do que deixou escrito o outro autor.

Voltando ao texto de Costa Lima, essa excepcionalidade de Fernão Lopes deveu-se justamente ao fato de o cronista estar a serviço de uma dinastia recém-chegada ao poder e que o assumira através da Revolução de Avis e não pelo direito incontestado de hereditariedade: “Assim, a quebra do direito de sucessão e a presença de setores sociais não reconhecidos na prática política medieval explicariam a radicalização do exame subjetivo e, com ela, a metamorfose do cronista em historiador” (LIMA, 1986, p. 32).

Sem dúvida, o contexto histórico em que viveu o cronista – aproximadamente entre Aljubarrota e Alfarrobeira – e, mais especificamente, o contexto dos vinte anos em que escreveu suas crônicas – de 1430 a 1450, abrangendo os dois primeiros reinados da dinastia e a regência de D. Pedro – são esclarecedores para o estudo de seus textos. Fernão Lopes precisava lidar com as versões conflitantes sobre a legitimidade de D. João, e faz isso cuidadosamente ao longo de sua trilogia, inclusive lançando suspeitas sobre os herdeiros do trono da dinastia anterior. Era preciso também lidar com os novos atores políticos em cena e o cronista narra os antecedentes e o desenrolar da Revolução de Avis colocando em posição de destaque, por um lado, os homens das cidades e, por outro, a nova nobreza encabeçada por Nuno Álvares.

Alguns autores procuram mostrar uma relação ainda mais direta entre esse contexto histórico e a narrativa do cronista, fazendo um

paralelo entre a descrição da Revolução de Avis que faz na Crônica de D. João (escrita durante a regência de D. Pedro, 1440-1448) e a sua vivência da disputa política pela regência, entre D. Pedro e a rainha Leonor, nos anos de 1438-1439 (MONTEIRO, 1988).

Essa simpatia pela causa de D. Pedro teria inclusive influenciado a caracterização de D. João em suas crônicas, lembrando-se que pai e filho divergiram algumas vezes quanto aos rumos da política portuguesa no norte da África. A defesa de um ponto de vista, que para o cronista é a própria verdade, leva ao desenvolvimento de um método e um estilo muito próprios do cronista. Fernão Lopes diversas vezes dirige-se aos seus “ouvintes”, o que leva a crer que seu texto destinava-se a uma audiência, provavelmente da corte, e não à leitura de gabinete. Esse público, através de sua narrativa, é convidado a ser cúmplice de sua versão dos fatos (a “verdade” de que fala o autor), através de alguns recursos, que Roger Chartier chamaria de “armadilhas dentro do texto” (CHARTIER, 1990), estratégias através das quais os autores tentam impor uma ortodoxia do texto, uma leitura forçada. Essas estratégias seriam tanto explícitas, através de prefácios, advertências, glosas e notas, quanto implícitas, as “armadilhas” propriamente ditas, como o recurso de apresentar mais de uma versão para um acontecimento (teoricamente demonstrando imparcialidade), mas direcionar o leitor para a aceitação de uma delas.

Contudo, as “armadilhas” preparadas por Fernão Lopes são, na verdade, a fonte da genialidade de seu texto. Um texto parcial, apaixonado e que leva o leitor a tomar para si as conclusões (ainda que não declaradas) do autor, mas que, ao mesmo tempo, se apresenta como isento, fiel e, acima de tudo, sem “mínguas”. As crônicas de Fernão Lopes, portanto, revelam-se fonte riquíssima, se levarmos em conta, por um lado, o aspecto mais amplo do projeto da dinastia de Avis, dentro do movimento de construção da identidade nacional portuguesa, e, por outro, a inserção do cronista dentro de uma conjuntura histórica específica, assim

como o método e o estilo por ele desenvolvidos.

O segundo cronista de Avis foi Gomes Eanes de Zurara, que viveu, aproximadamente, entre 1420 e 1474. Seu pai era o cônego de Coimbra e Évora, João Eanes de Zurara, mas não há referências a respeito de sua mãe. Menciona em suas crônicas que educou-se no Paço Real, e Francisco Pereira, na sua introdução da Crônica da Tomada de Ceuta (PEREIRA, 1915), levanta a hipótese de que Zurara, ainda muito jovem, tenha sido admitido no Paço para ajudar no serviço da guarda, livraria e cartório, tendo depois recebido a instrução que em geral só era concedida aos jovens fidalgos. Não há indícios de que tenha freqüentado a universidade ou os Estudos Gerais. Foi protegido do infante D. Henrique, de quem recebeu duas comendas da Ordem de Cristo, assim como de D. Afonso V, de quem recebeu muitas mercês. Tornou-se cavaleiro da Casa Real e cronista do rei em 1451, guarda da Livraria Real em 1452 e substituiu Fernão Lopes em 1454 como guarda das escrituras do Tombo.

Gomes Eanes de Zurara escreveu quatro crônicas: Crônica da Tomada de Ceuta, Crônica dos Feitos da Guiné, Crônica de D. Pedro de Meneses e Crônica de D. Duarte de Meneses.

O texto de Zurara contrasta muito com o de Fernão Lopes. Da mesma forma que seu antecessor, Zurara era encarregado de zelar pelos documentos do reino, sendo guarda-mor da Torre do Tombo. Entretanto, a sua narrativa dá preferência aos feitos dos príncipes que se dedicou a exaltar, em especial D. Henrique, baseando-se principalmente nos testemunhos orais desses príncipes, o que leva a refletir sobre a tese de Peter Russel acerca da originalidade de Fernão Lopes pela sua condição de cronista ao mesmo tempo que responsável pelos documentos oficiais do reino. Zurara teve acesso aos mesmos documentos, mas desempenhou de forma diversa sua função de cronista. Para Saraiva: "O estilo de Zurara, nem sempre fluente, tem algumas das características do gótico decadente, como a sobrecarga do ornato (citações, alusões, prosopopéias, hipérboles), e anuncia a Renascença por

certa majestade, pelo gosto da frase longa e pelo freqüente uso das conjunções subordinativas” (SARAIVA, 1971).

São muitos os autores citados nas obras de Zurara. Francisco Pereira faz um levantamento minucioso destas citações: a Bíblia (Pentateuco, Paralipomenos, Esdras e Macabeus, os livros de Salomão e dos Profetas, os Evangelhos, as Epístolas canônicas e o livro apócrifo Pastor de Hermas), os antigos Santos Padres (S. João Crisóstomo, S. Gregório, S. Jerônimo e S. Agostinho), os antigos Padres da Idade Média (S. Bernardo, S. Tomás de Aquino, Alberto o Magno), os escritores gregos (Homero, Hesíodo, Heródoto, Aristóteles, Josepho e Ptolomeu), os escritores romanos (Cesar, Tito Lívio, Marco Tullio Cícero, Ovídio, Salustio, Valerio Maximo, Plínio, Lucano, Sêneca trágico, Sêneca filósofo e Vegecio), os escritores da Idade Média (Paulo Osório, Isidoro de Sevilha, Lucas de Tuy, Rodrigo de Toledo, Pedro d’Ailly, Egidio, Frei Gil de Roma, João Duns Scoto) (PEREIRA, 1915).

Há também, uma longa citação do Livro da Virtuosa Benfeitoria, da autoria do príncipe D. Pedro que, por não vir acompanhada de menção ao verdadeiro autor, foi alvo de críticas dos historiadores portugueses acerca do trabalho do cronista. Utilizou-se também do Leal Coselheiro, de D. Duarte, em algumas passagens da Crônica da Tomada *de Ceuta*, igualmente sem menção à obra original. Entretanto, é importante lembrar que a noção de autoria na Idade Média não era a mesma que viria a se desenvolver mais tarde e a utilização de trechos de outros pensadores, sem a indicação do autor, era uma prática comum.

Mas, paradoxalmente, assim como se observa em Fernão Lopes, Zurara parece estar consciente da importância da figura do autor, fato que, curiosamente, é geralmente exaltado pela historiografia com relação a Fernão Lopes, mas criticado na obra de Zurara. Acerca desta característica de Zurara, Saraiva observa: “O autor, falando na primeira pessoa, é um personagem indiscretamente interveniente nos seus livros. Pode mesmo dizer-se que há nas suas

crônicas um pessoalismo exibicionista, como nunca houvera antes na literatura portuguesa” (SARAIVA, [19--], p. 256).

Outra crítica que se faz às crônicas de Zurara é a referente a sua imprecisão, principalmente quando comparadas às crônicas de Fernão Lopes. “Esta pobreza de informações acerca das terras, das populações, do comércio, da navegação, contrasta com a minúcia exaustiva da narrativa dos feitos de armas”, afirma Saraiva (SARAIVA, [19--], p.261). Essas imprecisões ou omissões eram, em alguma medida, intencionais, como ressalta José de Bragança, na sua introdução à Crônica da Guiné:

É sistemático o silêncio desta Crônica da Guiné não só a respeito dos lucros com o tráfico do ouro em pó, e das relações comerciais com os povos africanos do interior, mas também quanto às feitorias que o Infante mandou levantar em diferentes pontos da costa no período abrangido pela narrativa: na foz do rio do Ouro, na ilha de Arquim, e outra na foz do rio de S. João. A elas se referem Diogo Gomes, Cadamosto e Valenim Fernandes; e indicam-nas algumas cartas geográficas.

Vê-se também que o resgate de escravos é nela apoucado, se o compararmos a outros testemunhos insuspeitos (BRAGANÇA, 1973, p. XXI).

O intuito de conferir à expansão ao norte da África as honras de conquistas cavaleirescas, exaltando o infante D. Henrique e o rei D. Afonso V, fez com que o cronista procurasse omitir os objetivos de lucro que envolviam o empreendimento. Da mesma forma, procurou conceder todos os louros ao reinado de D. Afonso V, transferindo para esse período alguns feitos ocorridos na regência de D. Pedro.

Por outro lado, Francisco Pereira, em sua introdução ao texto de Zurara, faz um interessante elogio ao cronista, comparando-o com Fernão Lopes: “Gomes Eannes de Zurara evitou, o que não fez Fernão Lopes algumas vezes, o uso de linguagem livre, e não empregou palavras torpes, nem narrou fatos obscenos; [...] e as suas obras podem ser lidas sem hesitação nem rubor diante de

todas as pessoas, qualquer que seja a sua idade ou sexo” (PEREIRA, 1915, p.LXXI). No entanto, a narrativa de Zurara diferencia-se sobretudo daquela de seu antecessor pelo enfoque e a amplitude dos episódios narrados. Ambos estavam a serviço da Casa de Avis e tinham como função a produção da memória do reino, dos reis e de seus feitos. Entretanto, Fernão Lopes acaba por produzir um panorama mais amplo da sociedade portuguesa de seu tempo e é capaz de apontar vicissitudes e falhas dos próprios personagens que tinha como função exaltar. Zurara retoma uma narrativa mais centrada nos feitos de cavalaria, o que reduz a abrangência da caracterização da sociedade em que vivia.

Os dois autores viveram também conjunturas políticas diversas e representaram facções opostas dentro da Casa de Avis. Como foi dito, Fernão Lopes nasceu pouco antes da Revolução de Avis e serviu, desde cedo, ao primeiro rei da nova dinastia, D. João e seu filho D. Duarte. Foi simpatizante de D. Pedro, que muitas vezes posicionou-se de forma contrária às guerras no norte da África, entrando em conflito com seu pai e depois com seu irmão D. Henrique, justamente o protetor de Zurara. A morte de D. Duarte, deixando o herdeiro (D. Afonso) ainda criança, abriu caminho para o acirramento das disputas entre os irmãos, culminando na morte do aliado de Fernão Lopes em Alfarrobeira, como já foi dito.

A questão central no momento em que Fernão Lopes escrevia era a afirmação da legitimidade da dinastia de Avis, mesmo que seu discurso vá muito além disso. Na conjuntura em que Zurara escreve, o ponto crucial a ser defendido é a justificativa da expansão no norte da África. A memória que este autor se dispõe a produzir tem como prioridade exaltar o valor pessoal daqueles que se aventuraram nas terras africanas. É justamente este contraste entre os cronistas que enriquece as possibilidades de análise do historiador, como será visto adiante.

3. AS VISÕES DA VILA E DO CASTELO

A obra de Fernão Lopes tem sido muito estudada por historiadores portugueses, que levantaram hipóteses por vezes divergentes acerca de seu significado. A interpretação de Antônio José Saraiva das crônicas de Fernão Lopes está intimamente relacionada com sua compreensão do movimento da Revolução de Avis. Saraiva enfatiza o fato de a Revolução de Avis ter significado o triunfo da vila sobre o castelo, como resultado de um conflito latente, que explode com a morte de D. Fernando e acaba por precipitar a passagem de um direito pessoal para um direito territorial (SARAIVA, 1993).

Para o autor, a identificação de Fernão Lopes em suas crônicas é com a cidade, onde nascia este novo direito ligado à nacionalidade. O cronista não compartilharia com a mentalidade senhorial, procurando desmascará-la. Por outro lado, sua simpatia pelas cidades, às quais confere papel principal na derrota ao invasor, levaria mesmo a uma indulgência até mesmo com as violências populares que relata. O cerne da produção do cronista, para Saraiva, está na questão da formação de um sentimento nacional e da afirmação da cidade: “É evidente que ele toma partido; que é a favor dos Portugueses contra os Castelhanos; das vilas contra os castelos; dos povos do Reino contra D. Fernando” (SARAIVA, 1993, p. 30).

O quadro interpretativo proposto por Luis de Sousa Rebelo não se distancia muito das concepções de Saraiva. Rebelo, entretanto, centra suas hipóteses explicativas acerca das crônicas na questão do poder (REBELO, 1983). Para o autor, o texto de Fernão Lopes é constituído a partir de três grandes planos: o plano ético-político, o jurídico e o providencial.

O plano ético-político privilegia três temas: igualdade do homem perante a lei; cumplicidade da politeia ou constituição do reino; patriotismo e legitimidade do governante para exercer os seus direitos. Este plano ético-político funda-se na concepção aristotélica de que a prática do poder é indissolúvel da moralidade da ação.

Todo esse plano é subordinado ao plano jurídico, a “dereitura de justiça”. O afastamento dessa “dereitura” afeta o carisma do governante, minando o acordo tácito entre governados e governantes. Isso é justamente o que ocorre durante a regência de Leonor Teles.

O plano jurídico da narrativa vê-se diante do problema da legitimidade eletiva, seguindo as argumentações de João das Regras nas cortes de Coimbra de 1385. Assim, “paralelamente ao carisma de sangue, se encontra o problema do carisma do poder, que afeta o sentido da Ordem e da Hierarquia no imaginário social do homem medieval” (REBELO, 1983, p. 19).

Quando o sucessor do trono perde o carisma do poder (no caso, Leonor Teles e sua filha, Beatriz), cabe identificar a personalidade que irá recebê-lo. Entra-se então no plano providencial da narrativa, pois a escolha carece da chancela divina. Quando o carisma de sangue sofre carência, maior importância assume o carisma de poder, daí a importância do messianismo no texto. Isso explicaria, no texto de Fernão Lopes, as passagens em que o mestre de Avis é comparado a Jesus Cristo e a nova dinastia com a Sétima Idade, que seria o início de uma nova era em Portugal.

Análise interpretativa bem diversa é a de João Gouveia Monteiro. Para o autor, a questão principal da trilogia de Fernão Lopes é a apologia à unidade: “Creio, desde logo, que [...] a proposta de Lopes assenta numa certa organicidade interna, que se exprime designadamente em termos de uma apologia de uma unidade consubstancial à afirmação da idéia da coletividade, em todas as suas dimensões” (MONTEIRO, 1988, p. 123-124). Essa apologia à unidade estaria presente não apenas na veemente afirmação da unidade da Igreja, como também da organização social do reino. O sentimento nacional, entretanto, para Gouveia, não seria questão central das crônicas e estaria sendo supervalorizado pelos historiadores.

Ainda para o autor, há em Fernão Lopes um desenho de sociedade a propor a Portugal de seu tempo. A base desta sociedade estaria numa “nobreza ideal, norteadada pela sua bravura, dedicação e

desprendimento material” (MONTEIRO, 1988, p.127), representada pelo condestável, Nuno Álvares Pereira. Seria uma nobreza que valia mais por suas qualidades do que por sua origem e capaz de promover a unidade e a prosperidade do reino. Gouveia acredita que Fernão Lopes não merece a fama de “cronista do povo”, que, em última instância, não seria sujeito da história em suas crônicas.

Tal análise interpretativa segue a linha aberta por Maria Ângela Beirante. A autora faz o estudo das hierarquias sociais reveladas nas crônicas e a análise do esquema mental do cronista, procurando demonstrar seu aspecto tradicional e conservador, contrapondo-se àqueles que apresentam Fernão Lopes como cronista do povo: “[...] o povo não é, de modo nenhum, o sujeito da história nas crônicas de D. Pedro e pouco mais o é na de D. Fernando. Ele só está verdadeiramente presente nas crônicas de D. Fernando e D. João, na medida em que é responsável por uma insurreição favorável ao Mestre de Avis e à resistência anticastelhana” (BEIRANTE, 1984, p. 98).

A discussão em torno da idéia de que Fernão Lopes seria um “cronista do povo”, como sugere Saraiva, ou um cronista conservador, como afirmam Gouveia e Beirante, leva a uma polarização que, em última instância, não está presente na obra do cronista. Luiz Costa Lima, ao abordar a questão da subjetividade nos textos de Fernão Lopes, lembra justamente o fato de que o cronista precisava lidar com setores sociais diversos que participaram da Revolução de Avis. Nuno Álvares é o herói de Fernão Lopes e representa a nobreza que se insurgiu contra os castelhanos e elegeu um novo rei. Mas as cidades, especialmente Lisboa, têm um papel fundamental na luta contra o inimigo e aparecem como um organismo coeso, que muitas vezes influi no curso dos acontecimentos, não sendo apenas “pano de fundo” para os feitos de Nuno Álvares. Entretanto, Gouveia levanta um ponto importante ao falar da defesa obstinada que o cronista faz da unidade. Mas a unidade defendida é justamente através da idéia de nacionalidade que perpassa suas crônicas. A luta é dos “verdadeiros portugueses” contra os “falsos

portugueses” e o que identifica os verdadeiros portugueses é sua ligação com a terra, com o reino. O que aglutina os verdadeiros portugueses não é a nobreza e sim o rei.

Fernão Lopes, ao longo de suas crônicas, recorre a diversas expressões para designar esses verdadeiros portugueses, ou seja, aqueles que não aceitaram a ingerência castelhana em Portugal: são os naturais da terra, os naturais do reino, os bons portugueses, os portugueses direitos, os leais portugueses e o lindo português. Na crônica de D. Fernando, os verdadeiros portugueses são os que tentaram prevenir o rei contra seu casamento com Leonor Teles.

Na *Crônica de D. João*, o verdadeiro português é aquele que toma partido do Mestre de Avis em oposição ao rei de Castela e seus seguidores. Nesta crônica, o autor é ainda mais explícito quanto à idéia de que o verdadeiro português está ligado à terra e a seus antepassados, não podendo sujeitar-se a senhor de outro reino. O cronista faz uma distinção entre aqueles que não têm uma origem genuinamente portuguesa – e, por isso, não seria de se estranhar que tomassem partido do rei castelhano – e aqueles que têm essa origem – incorrendo em falta muito maior ao passar para o lado do rei inimigo. De um lado está o azambujeiro bravo e de outro a boa e mansa oliveira portuguesa.

Essa busca da caracterização de uma identidade portuguesa, ligada a um passado comum, é reforçada com a imagem do rei aglutinador da sociedade e até mesmo messiânico. Recorrendo a uma tradição medieval da paródia dos textos sagrados, o cronista inclui elementos messiânicos na Revolução de Avis, conferindo à nova dinastia uma legitimidade também no plano religioso. Fernão Lopes estabelece uma comparação entre a missão do Mestre de Avis e a de Jesus Cristo, assim como a de Nuno Álvares e a de S. Pedro.

Assim, o cronista fundamenta-se no passado para identificar a boa e mansa oliveira portuguesa e no presente para definir o verdadeiro português, difusor do evangelho, ou seja, a boa nova do Mestre de Avis. Resta apontar para o futuro, uma nova fase de

prosperidade para o reino e, mais do que isso, a “sétima idade”. Partindo das seis idades de Beda, o Venerável, Fernão Lopes acrescenta a Sétima Idade, iniciada com a Revolução de Avis. O cronista elimina qualquer semelhança com as idades dos homens e não faz referência à decrepitude, tampouco a relaciona com o fim dos tempos e o Juízo Final. Trata-se do início de um novo mundo em que muitos, de baixa condição ou de cuja fidalguia já estava esquecida, por merecimento e bom serviço, foram feitos cavaleiros e constituíram nova linhagem:

O ponto central na obra de Fernão Lopes, e que interessa particularmente à presente pesquisa, é essa busca de uma identidade portuguesa que tem no rei o seu centro e que acaba por contaminar toda a narrativa do cronista.

Outra polarização presente na historiografia (sobretudo portuguesa) é a que opõe Fernão Lopes a Zurara, apontando o primeiro como defensor da proposta de centralização política representada pela facção de D. Pedro e o segundo como representante dos antigos ideais feudais dos partidários de D. Henrique e D. Afonso V. Isto estaria refletido na própria narrativa, na medida em que Fernão Lopes faria um retrato do reino como um todo, ao passo que Zurara se limitaria aos feitos de cavalaria.

A perspectiva histórica de Zurara é assim definida por Saraiva: “A perspectiva histórica de Zurara é ostensivamente individualista, aristocrática e panegírica dos feitos especialmente militares. O principal herói da tomada de Ceuta é o infante D. Henrique, a quem se deve o principal testemunho sobre o assalto da cidade [...]” (Saraiva, 1990, p. 251).

Por outro lado, são reconhecidos no texto de Zurara elementos do que viria a constituir características renascentistas, como admite Saraiva:

É interessante ver prevalecer no cronista das cavalarias de África estas feições definidoras dos escritores da Renascença: a afirmação pessoal do autor; a consideração da fama como prêmio

das ações heróicas; a imortalidade pela mesma fama; a pretensão de as letras rivalizarem com as armas. Poderíamos acrescentar outras: a retórica erudita, embutida de citações e nomes de autores; certos processos de historiar, como o de imaginar os heróis no passado como se estivessem mortos, para dar uma certa perspetiva à narração [...]; a frase solene que se afasta do discurso oral etc. (SARAIVA, 1990, p. 257-258).

Sem dúvida, as principais idéias defendidas por Zurara são a defesa da honra cavaleiresca e a expansão da fé cristã. Justifica a expansão portuguesa na África como um combate aos infiéis e uma cruzada de evangelização dos nativos, trazendo honra ao cavaleiro que se dedicava à empreitada. Aqui não está tão presente a idéia de verdadeiro português que se opõe ao castelhano do texto de Fernão Lopes, mas sim a idéia das virtudes do cavaleiro e do cristão em oposição ao infiel e ao bárbaro, que vivem como bestas.

Entretanto, no que pese as diferenças entre Fernão Lopes e Zurara, é possível perceber uma permanência no sentido de um projeto de produção da memória do reino português e da consciência por parte de ambos os cronistas da importância da produção desta memória e da função do cronista como divulgador de modelos a serem seguidos.

Mais do que a dicotomia cronista da centralização x cronista da descentralização ou cronista do povo x cronista da cavalaria, interessa para este trabalho a oposição entre dois momentos políticos distintos, cujos cronistas estavam diante de questões imediatas com as quais deveriam lidar, a legitimação da nova dinastia e a afirmação do que era ser português, para um, e a expansão armada no norte da África, como expressão de honra e glória, para outro. Ambos contribuindo, a seu modo, para a construção da memória do reino português, importante subsídio para a formação da identidade nacional portuguesa.

NOTAS

- 1 Há uma distinção em Portugal entre os concelhos, que gerem as cidades, e o conselho do rei, que o auxilia nas suas decisões.
- 2 As quatro obras estão reunidas em ALMEIDA, Manoel Lopes de (Org.). **Obras dos príncipes de Avis**. Porto: Lello e Irmão, 1981.

REFERÊNCIAS

BRAGANÇA, José de. Introdução. In: ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica da Guiné**. Barcelos: Editora do Minho, 1973.

BEIRANTE, Maria Ângela. **Estruturas sociais em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Edição crítica do texto português da Crônica Geral de Espanha de 1344**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1951. v. 1.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FRÓES, Vânia. Teatro como missão e espaço de encontro de culturas: estudo comparativo entre o teatro português e brasileiro do século XV. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA MISSIONAÇÃO PORTUGUESA E ENCONTRO DE CULTURAS, 1993, Braga, Portugal. **Actas...** Braga, 1993.

GUENEÉ, Bernard. **O Ocidente nos séculos XIV e XV: os estados**. São Paulo: Pioneira: Edusp, 1981.

LIMA, Luiz Costa. **Sociedade e discurso ficcional**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

LOPES, Fernão. **Crônica de D. João**. Porto: Civilização, 1949. Parte II.

MONTEIRO, João Gouveia. **Fernão Lopes: texto e contexto**. Coimbra: Minerva, 1988.

PEREIRA, Francisco Maria Esteves. Introdução. In: ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica da tomada de Ceuta**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.

REBELO, Luis de Sousa. **A concepção do poder em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

RUSSEL, Peter. **As fontes de Fernão Lopes**. Coimbra: 1941.

SARAIVA, Antônio José. **As crônicas de Fernão Lopes**. Lisboa: Gradiva, 1993.

_____. **O crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, [19--].

_____. Zurara. In: SERRÃO, Joel (Org.). **Dicionário de História de Portugal**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971.

_____.; LOPES, Oscar. **História da Literatura Portuguesa**. Porto: Porto, 1985.

SERRÃO, Joel (Dir). Crônicas. In: **Dicionário de História de Portugal**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963.

SOUZA, Armindo; MATTOSO, José (Org.). **História de Portugal: A monarquia feudal**. Lisboa: Estampa, [1992]. v. 2.

STRAYER, Joseph. **As origens medievais do Estado moderno**. Lisboa: Gradiva, [19--?].

Recebido em: Junho de 2007

Aprovado em: Junho de 2007